



O LUGAR QUE O MAR LEVA, O HOMEM RESISTE: ATAFONA (RJ) COMO AULA DE GEOGRAFIA E EXISTÊNCIA

Lara Cristina Marques Oliveira ¹

Davi Laurentino da Silva ²

Gabrielle de Castro do Nascimento ³

Giovanna Xavier Pinheiro ⁴

RESUMO

O presente artigo discorre acerca da região de Atafona, distrito litorâneo de São João da Barra - no norte do Rio de Janeiro - que é atualmente um dos exemplos mais expressivos das dinâmicas costeiras no Brasil. O local é marcado pela forte erosão marinha e tem passado por processos que culminam na destruição gradual de ruas, casas e demais espaços públicos. Por conta disso, este estudo busca refletir em como Atafona pode ser um espaço pedagógico no ensino de Geomorfologia Costeira, à medida que os aspectos naturais e sociais provocados pela dinâmica erosiva se entrelaçam. Tal ponto está associado ao quão fundamental é a prática dos estudos empíricos, principalmente no que tange a percepção acerca dos impactos ambientais por meio de casos reais, em que as transformações naturais e/ou intensificadas pela ação antrópica afetam diretamente no cotidiano da sociedade. Assim, o objetivo deste artigo é apresentar essa região como um espaço para a compreensão das dinâmicas costeiras e dos conflitos socioambientais, além de destacar os modos pelos quais os moradores resistem e ressignificam o território frente às perdas provocadas pelo avanço do mar. A metodologia adotada foi qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, os quais serviram como fonte de observação e sensibilização. Como resultado, observou-se que Atafona representa não apenas uma crise ambiental, mas também uma crise de pertencimento, memória e identidade. Ainda que o mar tenha destruído parte da infraestrutura local, os vínculos afetivos com o território permanecem, e os moradores seguem resistindo por meio de narrativas, práticas comunitárias e preservação da memória. Portanto, conclui-se que estudar Atafona é também estudar formas de luta pela existência, e que o ensino de Geografia pode ser profundamente enriquecido ao considerar esses territórios em constante transformação.

Palavras-chave: Atafona; Ensino de Geomorfologia Costeira; Ensino de Geografia Física; Erosão Costeira; Resistência.

INTRODUÇÃO

¹Graduanda do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP, laracristina.uerj@gmail.com

²Graduando do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP, davilaurentinogeo@gmail.com.

³Graduanda do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP, gabriellegeouerj@gmail.com.

⁴Graduanda do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ/FFP, gjoerjffp@gmail.com.



Toda região litorânea está sempre suscetível a processos erosivos devido à constante dinâmica de deposição e retirada de sedimentos provocada por ondas, ventos intensos e mudanças de marés - e com a praia de Atafona não é diferente. Um dos principais problemas associados a essa dinâmica na zona costeira em todo o mundo são justamente as consequências da erosão, cujo reflexo mais expressivo é a perda de áreas recreativas e edificadas em função do recuo da linha costeira (BIRD, 1985; SOUZA et al. 2005; MUEHE, 2006; SOUZA, 2009). Nesse contexto, Atafona, distrito do município de São João da Barra, no Norte Fluminense, é um território que vem sendo palco da interação entre forças naturais e antrópicas há algumas décadas, o que contribui para um intenso avanço do mar sobre o continente.

Esse avanço sobre o espaço urbano desse local ganhou grande repercussão nos últimos anos, revelando mais do que processos geomorfológicos: escancara histórias de resistência, pertencimento e perda. Essa área, utilizada como um espaço social e de lazer, na qual construiu-se afetividades por aqueles que ali frequentavam e ainda frequentam, vem tendo a sua linha de costa gravemente afetada, vítima dos processos de assoreamento e captação de água que ocorrem no Rio Paraíba do Sul somado ao aumento do nível das águas oceânicas (VALPASSOS, CUNHA, 2023).

Considerando que o fenômeno da erosão costeira em Atafona é um processo notório e facilmente documentado, possibilitando uma observação direta das consequências da intervenção humana nos processos naturais, torna-se necessário que a Educação Básica estimule uma compreensão abrangente acerca dessa interação. Essa abordagem conduz o estudante a um pensamento geográfico que supera a tradicional dicotomia entre Geografia Física e Humana, contribuindo para a construção de uma percepção integrada do espaço geográfico.

Nesse sentido, ao tratar dessa temática na escola, defende-se uma prática pedagógica que ultrapasse os limites do ensino conteudista, promovendo uma aprendizagem significativa, pautada na análise concreta e contextualizada de conceitos, além da demonstração de como as relações de poder e dominação ocorrem de modo desfavorável às minorias, demonstrando que os conceitos de território, espaço e lugar não são estáticos e restritos somente a teoria, mas também podem ser observados através de exemplos empíricos, promovendo a dita Geografia do Espaço Vivido.

Portanto, por meio de revisão bibliográfica, através de autores como Sacramento (2022), Santos (2002) e Muehe (2005), propomos refletir sobre como esse território



pode ser mobilizado como instrumento de ensino de Geografia, tanto na educação formal quanto em práticas não escolares, promovendo aprendizagens científicas, críticas e afetivas. Assim, o objetivo principal deste trabalho é compreender as dinâmicas costeiras e os conflitos sociais de Atafona, destacando a resistência dos moradores do local, e como esse tipo de abordagem pode ser útil na promoção de uma educação geográfica contextualizada e integral.

ATAFONA EM RECUO: INTERAÇÕES ENTRE PROCESSOS NATURAIS NATURAIS E AÇÃO ANTRÓPICA NA EROSÃO COSTEIRA

Atafona, localizada ao Norte do Rio de Janeiro, abarca todo o complexo deltaico do rio Paraíba do Sul e é um dos casos mais emblemáticos de erosão costeira no Brasil. Nesse contexto, tal problemática se destaca não só pela intensidade dos processos geomorfológicos em curso, mas também pela ocorrência de fatores naturais associados à ação antrópica que vêm contribuindo para o recuo acelerado da linha de costas das últimas décadas e deposição de sedimentos principalmente no bairro de Grussaí, em São João da Barra.

Partindo disso, de acordo com Luijendijk et al (2018), a classificação do local a partir dos valores da dinâmica erosiva o apontam como propício à erosão extrema. Para os autores, a classificação engloba os litorais que possuem taxas de recuo da linha de costa acima de 5 m/ano, sendo que este distrito possui uma velocidade média de 2,5 m/ano, mas com o estudo em escalas temporais menores, há a demonstração de que os valores podem até mesmo superar 5 m/ano.

Consequentemente, estima-se que desde a década de 1950 mais de 500 edificações tenham sido destruídas pelo avanço do mar em Atafona (Machado et al., 2020). Por conta disso, os impactos sociais e econômicos também são significativos, afetando diretamente a atividade pesqueira, o turismo, e a infraestrutura urbana da região, sendo um dos maiores impactos, o quantitativo de moradores a abandonarem suas moradias devido ao potencial destrutivo da dinâmica erosiva.

Dentre os principais motivos de cunho natural que explicam a alta da erosão, cabe destacar o aspecto climático. De acordo com Pinho (2003), Atafona está sob influência da célula de Alta Pressão do Atlântico Sul, que traz como característica a direção dos ventos no sentido Nordeste, com velocidades médias a partir de 2,6 e 5,0 m/s. Segundo ele, durante o inverno, quando há a passagem de frentes frias, ventos



vindos do Sul, Sudeste e Sudoeste também podem chegar à região. Isso explica, por exemplo, a dinâmica de ocorrência de ondas na direção Nordeste e Sudeste, associada à questão dos ventos.

Nesse contexto, De Vasconcelos et al (2021, p. 165) aponta que “neste litoral, as ondas desempenham um papel importante na evolução deltaica sendo este caracterizado como denominado por ondas. A região também é marcada por uma amplitude de maré que pode chegar até 1,3m na maré de sizígia, classificando o litoral como sujeito a micro maré”. Por isso, a convergência de ondas ao redor do delta concentra energia costeira, provocando desgaste acentuado do litoral.

Ainda segundo o autor, esta região apresenta uma configuração geomorfológica caracterizada por uma sequência de cristas e cavas, formando uma planície costeira em processo de avanço sobre o mar (progradante) de idade holocênica que se constituiu a partir da tendência de rebaixamento do nível do mar nos últimos 5000 anos e de uma contínua deposição de sedimentos de origem fluvial. Registros também apontam para “a existência de discordâncias na orientação dos feixes de cristas de praia, bem como a presença de paleodunas preservadas, registros pretéritos da ocorrência de eventos erosivos ao longo de sua evolução” (p.165) que demonstram que o processo erosivo é algo natural, mas que pode estar sendo intensificado através de atividades humanas no decorrer da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Sendo assim, no que se refere ao agravamento do recuo da linha de costa com influência da ação antrópica, volta-se a citar Luijendijk et al (2018), que assinala dois motivos cruciais: mineração de areias e construção de estruturas costeiras. Bulhões (2018), referindo-se às considerações de Luijendijk et al (2018), aponta que

No primeiro caso, os autores citam, como exemplo, um delta no Vietnã onde excessiva extração de areias da calha fluvial resultou em déficit de materiais para abastecer à costa, citam também que a excessiva extração da água de subsuperfície para o consumo promove acomodação do terreno, ao que denomina-se subsidência, o que faz com que o nível dos terrenos costeiros sejam rebaixados. Sobre a construção de estruturas costeiras, os autores citam estruturas portuárias (ex. molhes e espigões) em áreas onde existe intenso transporte de sedimentos de rumo dominante e os efeitos erosivos à sotamar das estruturas. (BULHÕES, 2018, p. 4)

Além disso, Muehe (2005) destaca que o problema da erosão costeira no Brasil se intensifica principalmente devido a urbanização próximo às áreas de praia que retém



faixas ativas da movimentação das próprias praias. No caso de Atafona, tanto os fatores naturais quanto os de causa humana contribuem para a dinâmica de perda de sedimentos da costa da região, e conseqüentemente, na sua deposição na região Sul do município, em Grussaí.

Diante desse cenário, nota-se que a erosão costeira em Atafona é resultado de uma complexa interação entre fatores naturais e antrópicos, cuja intensidade e impactos vêm se agravando nas últimas décadas. Essa realidade impõe desafios não apenas no campo da gestão ambiental e do ordenamento territorial, mas também na elaboração de políticas públicas eficazes que contemplem tanto a mitigação dos danos já instaurados quanto a adaptação das populações afetadas. Assim, compreender a dinâmica geomorfológica e os processos associados à intervenção humana é fundamental para a construção de estratégias sustentáveis que visem à preservação ambiental e à proteção socioeconômica da região

RESISTÊNCIA E (RE)EXISTÊNCIA EM ATAFONA COMO MÉTODO DE ENSINO DA GEOGRAFIA

A diferença entre os conceitos de lugar e território torna-se evidente quando observamos um recorte espacial em que distintos grupos sociais vivenciam os impactos de um mesmo fenômeno de forma desigual - a exemplo do caso de Atafona. Enquanto uma parcela da população sofre as conseqüências diretas da erosão, enfrentando a perda de suas moradias e meios de subsistência, outro grupo, detentor de maior poder econômico e político, se beneficia da situação, moldando o uso e a apropriação do espaço conforme seus interesses e desejos.

A partir da leitura de Marcelo Lopes de Souza, compreende-se que o território não pode ser reduzido apenas a uma área delimitada fisicamente por fronteiras visíveis. Segundo o autor, “o território é sempre o resultado de uma disputa, uma construção social que expressa interesses, relações de poder e controle sobre o espaço” (LOPES DE SOUZA, 2011, p. 45). Em outro momento, ele reforça que “território é, antes de tudo, uma expressão da relação de poder entre grupos sociais distintos” (LOPES DE SOUZA, 2013, p. 76). Dessa forma, o território deve ser entendido como uma construção social e política, carregada de relações de poder que determinam quem controla, quem se apropria e quem é excluído do espaço. O território, portanto, expressa o preformismo das relações de dominação, nas quais uma minoria, com poder de decisão, impõe seus



projetos espaciais sobre a maioria e só existe quando há um grupo que exerce controle efetivo sobre um espaço, estabelecendo regras de uso, circulação e pertencimento, implicando que o território não é estático, transformando-se ao longo do tempo.

Essa disputa pelo espaço evidencia que a visão dos detentores de poder sobre o local não é romântica nem voltada para o bem coletivo; é uma visão marcada pelos interesses do capital e por uma racionalidade apática diante das perdas humanas e ambientais envolvidas. Assim, o território deixa de ser um espaço de pertencimento e torna-se um recurso a ser explorado, negociado e remodelado conforme as lógicas do mercado e da valorização imobiliária, desconsiderando os vínculos afetivos, culturais e históricos das populações que ali vivem.

Em contrapartida a esse conceito, o lugar, segundo Milton Santos, possui uma dimensão muito mais sensível, emocional e existencial. A modificação do lugar, ou sua perda, representa uma experiência dolorosa para aqueles que ali vivem, pois o lugar é constituído pelos detalhes do cotidiano, pelo simples, pelo vivido. Trata-se do espaço onde as pessoas constroem suas relações sociais, desenvolvem afetos, experienciam e produzem memórias. Utilizando o conceito de espaço vivido, Milton Santos destaca que o lugar é o palco do cotidiano, sendo carregado de significados que transcendem sua materialidade física. Cada indivíduo possui vínculos afetivos e experiências pessoais que conferem sentido àquele espaço, tornando-o singular e insubstituível. Complementando essa visão, ele reforça que “a espacialidade humana é vivida, sentida, praticada. O espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2002), evidenciando que o lugar é, acima de tudo, um espaço humanizado, resultado das interações sociais que nele ocorrem ao longo do tempo.

Diante dessas distinções conceituais, a Geografia, enquanto disciplina escolar, ultrapassa a mera descrição de paisagens naturais, seu verdadeiro potencial pedagógico reside na capacidade de desenvolver o pensamento crítico dos estudantes, tornando-os sujeitos conscientes das dinâmicas espaciais que moldam suas vidas. Ao abordar temas como segregação socioespacial, disputas territoriais e impactos ambientais, a Geografia permite que os alunos compreendam as causas estruturais das desigualdades que vivenciam ou observam ao seu redor.

Ao ensinar sobre processos destrutivos que afetam diretamente a vida humana, como o avanço do mar, a especulação imobiliária ou a ocupação desigual do território, o ensino de Geografia assume uma responsabilidade ética e social, não se tratando apenas



de transmitir conteúdos técnicos, mas de formar cidadãos capazes de compreender a complexidade desses fenômenos e de questionar e agir frente a eles. Trabalhar com esses temas em sala de aula implica estimular a empatia e a reflexão social, para que percebam que, por trás de cada mapa ou dado estatístico, existem vidas humanas impactadas, histórias interrompidas e direitos violados. É promover, por meio do conhecimento, o fortalecimento de identidades coletivas e de lutas por justiça espacial, convidando os alunos a ocupar o espaço não apenas fisicamente, mas politicamente, compreendendo que o direito ao lugar e ao território justo é uma condição essencial para a dignidade humana.

ENSINAR GEOGRAFIA FÍSICA A PARTIR DO VIVIDO

Ensinar a partir da Geografia é um caminho para levar o aluno à uma leitura socioespacial dos elementos geográficos presentes no espaço que este se encontra inserido. Diante disso, essa área do saber o concede a “(...) descrever e analisar as diferentes formas das paisagens, compreender as dinâmicas físico-naturais distribuídas no espaço, analisar as transformações socioespaciais, bem como promover o conhecimento dos signos e símbolos dos fenômenos de forma cartográfica (...)” norteiam Sacramento e Kede (2022).

Nessa visão, na Educação Básica deve-se estimular uma compreensão aprofundada sobre a interação entre sociedade e natureza. Esse entendimento rompe com a dicotomia de uma Geografia Humana e uma Geografia Física, que por muitos anos perdurou como conhecimentos distintos. Portanto, ocorre por meio de uma análise espacial e temporal, considerando diferentes escalas, visto que essa ciência possui uma base empírica sólida, em aspectos fundamentais como a grande diversidade biológica e cultural do Brasil.

Para Silva, “(...) ensinar Geografia envolve entender seus objetivos dentro do currículo da educação básica e focar no desenvolvimento do pensamento autônomo dos alunos(...)” (2025, p. 6). Entretanto, os conteúdos de Geografia Física, comumente apresentados de forma superficial nos livros didáticos no Brasil, são frequentemente repassados sem aprofundamento adequado. Cardoso e Silva (2018, p. 31) apontam que, ao longo dos anos, os estudantes têm percebido o ensino de Geografia como uma disciplina focada na memorização, com a Geografia Física sendo frequentemente vista como a principal responsável por essa percepção, uma área desnecessária.



Com isso, essa limitação no ensino prejudica a aprendizagem e a compreensão dos alunos, uma vez que estes não estão sendo levados a um pensamento crítico no que tange a sua realidade. Diante dessa afirmação, como a Geografia abrange tanto aspectos naturais quanto físicos, existe um esforço contínuo para integrar suas diferentes áreas e promover uma abordagem mais unificada do conhecimento geográfico, pois

(...) a Geografia tem um caráter particularmente heterogêneo, se, por um lado, ela se alinha entre as ciências da natureza, por outro situa-se entre as ciências do homem, e daí decorre a busca contínua de sua unidade. Esta unidade procurada ainda não se deu nem no seu aspecto teórico mais geral e tampouco na prática dos geógrafos. Salvo raras e isoladas tentativas, não se verificou uma unicidade satisfatória das várias áreas do conhecimento que a geografia engloba e utiliza para sua produção (MENDONÇA, 2014, p.16-17).

As limitações na Geografia Física que se ensina destacam a importância de uma abordagem mais integrada e contextualizada nas escolas. Portanto, ao explorar temas específicos de maneira conectada à realidade dos alunos, é possível ampliar sua compreensão sobre o espaço em que vivem e estimular uma consciência socioambiental mais crítica. Essa metodologia favorece um aprendizado mais eficaz, promovendo uma relação mais profunda entre o indivíduo e seu ambiente, reconhecendo que “(...) no ensino, a ênfase maior ainda é nos aspectos cognitivos do ensino e na aprendizagem, ou seja, nos fatos e conceitos (...)” (PONTUSCHKA, PAGANELLI E CACETE, 2007, p. 117).

Desse modo, a abordagem dos conteúdos físicos naturais é essencial para que os estudantes compreendam os processos que estruturam o espaço em que vivem. Em Cardozo e Oliveira (2019), a Geografia proporciona uma compreensão do espaço vivido, que abrange tanto aspectos sociais quanto ambientais, tornando-se, assim, essencial para uma análise mais crítica da realidade. Ou seja, ao conectar esses conhecimentos com sua realidade, eles desenvolvem uma visão mais integrada do meio ambiente, fortalecendo sua consciência socioambiental e sua capacidade de tomar decisões responsáveis sobre a preservação e o uso dos recursos naturais.

Isso destaca a importância de reconhecer a educação como um direito fundamental de todas as crianças e jovens, sendo responsabilidade das famílias e, sobretudo, do Estado em que estão inseridos (SILVA, 2024). Nesse contexto, ser protagonista no próprio aprendizado significa assumir um papel ativo no processo de ensino-aprendizagem, participando da construção do conhecimento. Isso não implica aprender de forma isolada, pois o desenvolvimento de competências exige a orientação dos professores e a colaboração com os colegas. O objetivo é incentivar o aluno a



estudar, fazer escolhas e propor ações alinhadas aos seus interesses e aspirações, sempre em um ambiente de aprendizado coletivo e significativo. Segundo Callai (2010, p. 17),

A Geografia escolar, assim como a ciência geográfica, tem a função de estudar, analisar e buscar explicações para o espaço produzido pela humanidade. Enquanto a matéria de ensino cria as condições para que os alunos se reconheçam como sujeitos que participam do espaço em que vivem e estudam, compreendendo que os fenômenos que ali acontecem são resultado da vida e do trabalho dos homens em sua trajetória de construção da própria sociedade demarcada em seus espaços e tempos.

CONCLUSÃO

Atafona vem ganhando destaque nas últimas décadas e tornando-se foco de inúmeros estudos costeiros devido a sua elevada taxa de erosão ocorrida em sua área de costa, o que acaba por ocasionar perdas materiais e imateriais para as pessoas que vivenciam essa reação da natureza diante das ações antrópicas que interferem em seu curso. Por ser um evento claramente perceptível, torna-se de fácil utilização para concretizar o fenômeno da erosão costeira em sala de aula, além de ser possível também o ensino a partir de um ponto de vista crítico e social.

Ao tratar sobre erosão costeira por meio do caso de Atafona, o professor possibilita aos alunos uma leitura crítica do espaço geográfico, evidenciando como fatores naturais e antrópicos se entrelaçam e expõem vulnerabilidades existentes na sociedade e relações de poder ao mesmo tempo que exemplifica concretamente as dinâmicas dos processos geomorfológicos que ali ocorrem. Essa abordagem oferece aos estudantes ferramentas para compreender mais amplamente o processo de erosão, reconhecendo a complexidade da dinâmica costeira e analisando-a de forma crítica.

Portanto, ensinar geomorfologia costeira à partir de casos concretos, como Atafona, permite aos alunos compreenderem a morfodinâmica litorânea de forma aplicada, sendo capazes de visualizar como ela se manifesta no espaço vivido e impacta na organização territorial e a sua população, contribuindo para o desenvolvimento de uma postura crítica e analítica diante de desafios socioambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIRD, E. Coastline Changes. New York, John Wiley and Sons, 219 p. (1985).
BULHÕES, EMR. Erosão costeira e avanço do mar na localidade de Atafona. Causas, consequências e propostas de intervenção. Relatório Técnico, n. 01, 2018.
CALLAI, H. C. A Geografia Ensinada: os desafios de uma Educação Geográfica. In: MORAES, E. M. B. de, MORAES; L. B. de. Formação de professores: conteúdos e metodologias no ensino de Geografia. Goiânia: NEPEC, 2010.



- CARDOSO, C. e SILVA, M.S. (Orgs.). A Geografia Física: Teoria e Prática no Ensino de Geografia. Curitiba: Appris, 2018.
- DE VASCONCELOS, S.C et al. Dinâmica erosiva e progradacional das praias de Atafona e Grussaí (RJ), 1954-2019. Revista da ANPEGE, v. 17, n. 33, p. 162-182, 2021.
- LOPES DE SOUZA, M. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- LOPES DE SOUZA, M. Conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- LUIJENDIJK, A.; HAGENAARS, G.; RANASINGHE, R.; BAART, F.; DONCHYTS, G.; AARNINKHOF, S. The State of the World's Beaches. Nature, Scientific Reports, v. 8 (6641) (2018).
- MACHADO, B. A., Rocha, T. B. da, Fernandez, G. B. ., & Filho, S. R. de O. (2024). Dinâmica da linha de costa no flanco meridional do delta do rio Paraíba do Sul entre 1954-2018: considerações sobre o fenômeno da erosão costeira em Atafona (RJ) e diferentes métodos de análise. Revista Brasileira De Geomorfologia, 25(1). <https://doi.org/10.20502/rbgeomorfologia.v25i1.2272>
- MENDONÇA, F. Geografia Física: Ciência Humana? 8a Ed. São Paulo, Contexto, 2014.
- MUEHE, D. Aspectos Gerais da Erosão Costeira no Brasil. Revista Mercator, v. 4, n. 7, p. 97-110, 2005.
- MUEHE, D. (Org.) Erosão e Progradação do Litoral Brasileiro. MMA - Ministério do Meio Ambiente. 476p. (2006)
- PINHO, U. F. Caracterização do estado do mar na Bacia de Campos. 145 p. Dissertação (COPPE), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ). (2003).
- PONTUSCHKA, N. N, PAGANELLI, T. I. e CACETE, N. H. Para ensinar e Aprender Geografia. São Paulo: Cortez, 2007.
- SACRAMENTO, A. C. R; KEDE, M. L. M. F. O ensino do tema solos para pensar a Educação Geográfica. In: SACRAMENTO, A. C. R; KEDE, M. L. M. F (Org.) Teoria e prática dos componentes físico-naturais no ensino de Geografia. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022, p.19-39.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SILVA, D. L. DA. Educação geográfica: compreendendo o mundo na Geografia escolar. Ensaios de Geografia, v. 12, n. 25, p. e122505, 8 jun. 2025.
- SILVA, D. L. DA. Pensando a Cidade a partir do Espaço Vivido: Contribuições da Educação Geográfica para entender os Impactos Ambientais. In: Anais do XVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA (SIMPURB), v. 18. Niterói (RJ): Online, 2024. Disponível em: <www.sisgeenco.com.br/anais/simpurb/2024>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- SOUZA C.R.G., SUGUIO K., OLIVEIRA A.M.S., OLIVEIRA P.E. (Orgs.) Quaternário do Brasil. São Paulo, Ed. Holos, 382 p. (2005)
- SOUZA, C. R. G.; A erosão costeira e os desafios da gestão costeira no Brasil. Revista de Gestão Costeira Integrada, vol. 9, núm. 1, pp. 17-37 Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos. Lisboa, Portugal. (2009)
- VALPASSOS, Carlos Abraão Moura; CUNHA, Juliana Blasi. Atafona: registro de um mundo em ruínas. GIS - Gesto, Imagem e Som - Revista de Antropologia, São Paulo, Brasil, v. 8, n. 1, p. e196896, 2023. DOI: 10.11606/issn.2525-3123.gis.2023.196896. Disponível em: <https://revistas.usp.br/gis/article/view/196896>.. Acesso em: 8 jun. 2025.